

A ideia de África no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone (BA)¹

Marina Teixeira Espinola*

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0001-1353-6248>

Alexandre António Timbane**

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

RESUMO

A concepção sobre África e africanos ainda é desconhecida em muitas partes do mundo e em especial no Brasil. O Brasil é fruto da mistura de povos americanos, de povos africanos, europeus e asiáticos. Este artigo analisa as concepções de África presentes no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone, localizada no município de Aratuípe, Bahia (Brasil). A pesquisa parte da observação de falas e representações manifestadas pelos estudantes em situações do cotidiano escolar, especialmente durante uma roda de leitura sobre o continente africano, na qual surgiram entendimentos como à fome, à pobreza, aos animais selvagens e ao período da escravização. O estudo traz como objetivo geral compreender como essas representações são construídas e de que maneira a escola pode contribuir para sua ressignificação. A discussão está pautada nas contribuições de V. Y. Mudimbe, Kwame Anthony Appiah, Jan Vansina e Paulo Freire, estabelecendo um diálogo entre a construção histórica das representações sobre a África, o currículo escolar e a prática pedagógica. A pesquisa busca contribuir para a construção de um ensino de História que valorize a diversidade histórica e cultural do continente africano e favoreça práticas educativas comprometidas com a desconstrução de estereótipos e com uma educação antirracista. Conclui-se que há muito por fazer, primeiro com formação de professores capazes de discutir a temática e segundo, ausência materiais adequados para o efeito.

PALAVRAS-CHAVE:

África; Representações; Educação antirracista.

¹ Artigo apresentado na disciplina **Cultura, memória e tradições** do Curso de Mestrado em Estudos Africanos e Representações da África.

* Mestranda em Estudos Africanos e Representações da África, pela Universidade do Estado da Bahia- (UNEB, professora com larga experiência nas Escolas públicas. E-mail: spinolaface@hotmail.com

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Pesquisador em Estudos do Léxico, Sociolinguística e Dialectologia, Linguística Forense e Ensino das Línguas portuguesa e Francesa. Professor de Introdução à linguística africana, Docente colaborador na Universidade do Estado da Bahia, lecionado a disciplina de **Cultura, memória e tradições**. E-mail: alexandretimbane@uneb.br

L'idée de l'Afrique dans l'imaginaire des élèves de 5e année de l'école municipale José Leone (BA)

RÉSUMÉ

Le concept d'Afrique et des Africains reste méconnu dans de nombreuses régions du monde, notamment au Brésil. Le Brésil est issu du métissage des populations amérindiennes, africaines, européennes et asiatiques. Cet article analyse les conceptions de l'Afrique présentes dans l'imaginaire des élèves de CM2 de l'école municipale José Leone, située dans la municipalité d'Aratuípe, dans l'État de Bahia (Brésil). La recherche s'appuie sur l'observation du discours et des représentations exprimées par les élèves dans des situations scolaires quotidiennes, en particulier lors d'un cercle de lecture consacré au continent africain. De ces cercles de lecture ont émergé des notions telles que la faim, la pauvreté, les animaux sauvages et la période de l'esclavage. L'objectif général de l'étude est de comprendre comment ces représentations sont construites et comment l'école peut contribuer à leur resignification. La discussion se fonde sur les travaux de V. Y. Mudimbe, Kwame Anthony Appiah, Jan Vansina et Paulo Freire, établissant un dialogue entre la construction historique des représentations de l'Afrique, les programmes scolaires et les pratiques pédagogiques. Cette recherche vise à contribuer à l'élaboration d'un enseignement de l'histoire qui valorise la diversité historique et culturelle du continent africain et promeut des pratiques pédagogiques engagées dans la déconstruction des stéréotypes et la promotion d'une éducation antiraciste. Elle conclut qu'il reste beaucoup à faire, notamment en matière de formation des enseignants capables d'aborder ce sujet et face au manque de ressources pédagogiques adaptées.

MOTS-CLÉS: Afrique; Représentations; Éducation antiraciste

The idea of Africa in the imagination of 5th-grade students at José Leone Municipal School (BA)

ABSTRACT

Perceptions regarding Africa and Africans remain unfamiliar in many parts of the world, particularly in Brazil. Brazil is the product of a blend of Indigenous American, African, European, and Asian peoples. This article analyzes the conceptions of Africa held by 5th-grade students at the José Leone Municipal School in Aratuípe, Bahia (Brazil). The research stems from observations of the students' statements and representations during everyday school activities—specifically a reading circle focused on the African continent—where themes such as hunger, poverty, wild animals, and the era of enslavement emerged. The study's general objective is to understand how these representations are constructed and how the school can contribute to reframing them. The discussion draws on the contributions of V. Y. Mudimbe, Kwame Anthony Appiah, Jan Vansina, and Paulo Freire, establishing a dialogue between the historical construction of representations of Africa, the school curriculum, and pedagogical practice. The research aims to contribute to the development of history education that values the African continent's historical and cultural diversity and fosters educational practices committed to dismantling stereotypes and promoting anti-racist education. The study concludes that

much remains to be done, particularly regarding the training of teachers capable of discussing this subject and addressing the lack of suitable educational materials.

KEYWORDS

Africa; Representations; Anti-racist education.

Introdução

A África é um continente marcado por uma ampla diversidade histórica, cultural, linguística, política e econômica. No entanto, ao longo da história, sua representação no contexto escolar brasileiro foi frequentemente reduzida a imagens estereotipadas, associadas à pobreza, à fome, aos conflitos armados, às doenças (pandemias) e à presença de animais selvagens. Essas narrativas, construídas sob uma perspectiva colonial e eurocêntrica, contribuíram para a formação de um imaginário que invisibiliza a riqueza, a diversidade e as inúmeras contribuições das sociedades africanas para a humanidade.

Partimos desde já, da ideia da África ser “o berço da humanidade”, espaço geográfico onde as grandes invenções tecnológicas e científicas tiveram lugar desde o início da humanidade. A primeira universidade no mundo, por exemplo, surgiu em Marrocos, a Universidade al-Qarawiyyin (ou Al-Karaouine), fundada em 859 d.C. na cidade de Fez. Na África observou-se o desenvolvimento da Matemática (da geometria e de cálculos complexos utilizados na construção de pirâmides e esfinges), da medicina (mumificação dos corpos, criação de remédios por meio de folhas, raízes, cascas, frutos, caules, flores, etc.), da astronomia (como, por exemplo, o conhecimento dos Dogo, no Mali), a arquitetura (muralhas da cidade de Grande Zimbábue) e engenharia (as turbinas eólicas sem lâminas foram inventadas pelos tunisianos; O sabão faso, criado na Burkina Faso; o kit de teste anti-malária criado na África do Sul; aplicativo de navegação para pessoas com deficiência auditiva foi criado pelos egípcios; o cardioPad, exame remoto usado por cardiologistas criado por camaroneses), mPedigree aplicativo móvel que identifica medicamentos falsificados criado por ganeses) a navegação, a agricultura (cientista em conservação ambiental, Engenheira Wangari Muta Maarhai de Quênia) para além da invenção da escrita. Por volta de 3.500 a.C. a 3.300 a.C. os egípcios já desenvolviam uma complexa tecnologia da escrita com os hieróglifos.

Essa riqueza científica é/foi camuflada e escondida por forma a atribuir a autoria aos ocidentais. Enquanto se criava ideologias preconceituosas sobre africanas (incluindo a discriminação por raça), os europeus pilhavam riquezas e tomavam posse do conhecimento inventado na África. Enquanto os africanos recebiam adjetivos como incivilizados, baixa capacidade intelectual, selvagens, incultos, os europeus usufruíam do conhecimento criado em África (Furtado, 2016).

Nesta introdução nem vamos debater as questões de **cor de pele** porque é uma discussão inócua, sem fundamento científico, nem cultural. Na região Norte de África (Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Sudão e Sudão do Sul) predominam povos com tonalidade de pele branca e na região central, ocidental e sul de África predominam populações negras. A melanina do corpo humano pode ser mais ou menos intensa e isso não transforma ninguém em mais inteligente que outro, nem mais civilizado que outro, nem ainda mais civilizado que outra. A ideologia colonial criou essa problemática que prejudicou bastante, razão fundamental para o avanço da escravização (Munanga, 2015). Biologicamente falando, não há diferente entre pessoas com mais melanina que outras e vice-versa. Todas têm sentimentos, são capazes de pensar e se desenvolver de forma natural.

É nesse contexto que desenvolvo esta pesquisa, cujo objetivo é analisar as concepções de África presentes no imaginário dos estudantes das turmas do 5º ano da Escola Municipal José Leone, localizada no município de Aratuípe, Bahia. A inquietação que orienta este estudo parte da seguinte questão: quais concepções sobre a África e os povos africanos estão presentes no imaginário dos alunos do 5º ano da Escola Municipal José Leone?

A escolha desse objeto de estudo está profundamente relacionada à minha trajetória profissional. Ao longo de mais de vinte anos de atuação no magistério público municipal e, mais recentemente, exercendo a função de coordenadora pedagógica da Escola Municipal José Leone, tenho observado que muitos estudantes chegam à escola trazendo concepções previamente construídas sobre a África e os povos africanos. Essas ideias aparecem em suas falas, atividades e interações cotidianas, revelando a permanência de estereótipos historicamente produzidos e difundidos por diferentes espaços de

socialização, como a família, a mídia, os materiais didáticos e até mesmo a própria escola.

Essa inquietação tornou-se ainda mais evidente em uma situação vivenciada durante minha prática profissional. Em determinado momento, substituí a professora de uma turma do 5º ano, durante uma roda de leitura que utilizava um livro sobre a África. Após a leitura, iniciamos uma conversa sobre o continente e suas diferentes realidades. As respostas dos estudantes chamaram minha atenção: alguns afirmaram que "na África há crianças com fome", que "todos são pretos", que "lá tem elefantes e leões" e que era "o lugar de onde vieram os escravizados". Naquele momento, percebi que essas representações não eram fruto apenas da curiosidade infantil, mas expressavam um imaginário construído socialmente, marcado por visões simplificadas e estereotipadas sobre o continente africano.

Foi justamente essa experiência que despertou em mim o interesse de compreender de que forma essas concepções são produzidas, reproduzidas e naturalizadas no cotidiano escolar e quais possibilidades a educação oferece para promover sua desconstrução. Ao refletir sobre essas questões, compreende-se que investigar o imaginário dos estudantes significa também problematizar as formas pelas quais a África tem sido historicamente apresentada nos processos educativos e pensar em caminhos para a construção de um ensino de História comprometido com a valorização da diversidade africana e com uma perspectiva antirracista.

É importante deixar claro que a Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio do Brasil. A ideia desta lei tem um fundamento histórico e cultural, pois o povo brasileiro é uma soma de povos provenientes de vários continentes incluindo a África. Conhecer essa trajetória africana, suas práticas e culturas evita o preconceito, promove a luta pela igualdade e respeito às diferenças (combate ao racismo).

A partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar, parto da compreensão de que essas concepções sobre a África são fortemente influenciadas por representações coloniais e eurocêntricas, historicamente reproduzidas pelos meios de comunicação, pelos materiais didáticos e por diferentes espaços de socialização. Ao mesmo tempo, acredita-se que práticas

pedagógicas fundamentadas em uma perspectiva crítica e na valorização da História da África podem contribuir para a construção de novos olhares sobre o continente, reconhecendo sua diversidade histórica, cultural e civilizatória (Oliva, 2003).

Ao refletir sobre essa realidade, encontro nas contribuições de Paulo Freire importantes elementos para compreender os desafios presentes no ensino de História. Durante muito tempo, o currículo escolar esteve fundamentado em uma lógica de transmissão unilateral do conhecimento, denominada pelo autor de educação bancária, na qual o professor era concebido como detentor do saber e os estudantes assumiam uma posição predominantemente passiva no processo educativo. Nesse contexto, os conteúdos relacionados à África foram, em grande medida, apresentados a partir de uma perspectiva eurocêntrica, contribuindo para a manutenção de visões simplificadas e estereotipadas sobre o continente e seus povos. Oliva (2009, 2003) também ilustra essa visão nas suas pesquisas.

Diante dessas inquietações, buscamos, neste estudo, analisar as concepções de África presentes no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone, articulando a experiência docente com as reflexões de V. Y. Mudimbe, Kwame Anthony Appiah, Jan Vansina e Paulo Freire. Mais especificamente, procuramos identificar as ideias que os estudantes constroem sobre a África, compreender como essas representações são produzidas no contexto escolar e social, discutir a permanência de concepções coloniais e eurocêntricas e refletir sobre possibilidades pedagógicas capazes de contribuir para a ressignificação da imagem do continente africano no processo educacional.

Consideramos que esta pesquisa pode contribuir para o fortalecimento do processo ensino aprendizagem comprometido com a valorização da diversidade africana e com a construção de uma educação antirracista. Ao dialogar com Mudimbe, Appiah, Vansina e Paulo Freire, pretendemos compreender de que maneira suas reflexões auxiliam na desconstrução de estereótipos historicamente consolidados e oferecem subsídios para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, plurais e inclusivas.

Este trabalho está organizado em três momentos. No primeiro, discute-se como a ideia de África foi historicamente construída por discursos coloniais e

eurocêntricos, estabelecendo um diálogo com as contribuições de Mudimbe, Appiah, Vansina e Paulo Freire.

Em seguida, apresenta-se uma reflexão sobre as concepções de África manifestadas pelos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone, tomando como ponto de partida minha experiência docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Por fim, reflete-se sobre possibilidades de ressignificação dessas representações, destacando o papel da escola e do ensino de História na valorização da História da África e das culturas africanas e afro-brasileiras, em consonância com a Lei nº 10.639/2003 e com a perspectiva de uma educação histórica crítica, plural e antirracista.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e reflexiva, desenvolvida a partir da experiência profissional dos autores no contexto da educação pública do município de Aratuípe, Bahia. O estudo tem como foco as concepções de África presentes no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone, tomando como ponto de partida as experiências vivenciadas no cotidiano escolar e as falas manifestadas pelos estudantes em situações de aprendizagem.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os sentidos e significados atribuídos pelos estudantes ao continente africano, considerando que tais concepções se manifestam nas relações estabelecidas no espaço escolar, nas atividades pedagógicas e nas interações cotidianas. Nesse sentido, a pesquisa não busca quantificar as respostas dos estudantes, mas compreender e problematizar as representações que emergem de suas falas e experiências.

O percurso metodológico parte da observação da prática docente e da experiência da autora, que atua há duas décadas no magistério público do município de Aratuípe e, há alguns anos, exerce a função de coordenadora pedagógica da Escola Municipal José Leone. Essa trajetória possibilitou acompanhar diferentes situações do cotidiano escolar e perceber a permanência de determinadas representações sobre a África entre os estudantes.

Como elemento mobilizador da reflexão, destaca-se uma experiência vivenciada durante a substituição da professora de uma turma do 5º ano, em uma atividade de roda de leitura com um livro sobre a África. Após a leitura, durante a conversa com os estudantes, foram registradas falas que associavam o continente africano à fome, à pobreza, à homogeneidade racial, aos animais selvagens e à origem dos escravizados. Essas manifestações são tomadas neste estudo como elementos de reflexão sobre os imaginários construídos acerca da África e sobre os processos sociais e educacionais que contribuem para sua formação.

A análise desenvolvida é articulada ao estudo bibliográfico de autores que contribuem para compreender as representações da África e suas relações com a educação. Nesse sentido, dialoga-se principalmente com V. Y. Mudimbe, especialmente no que se refere à construção ocidental da ideia de África; Kwame Anthony Appiah, nas discussões sobre identidade, cultura e representação; Jan Vansina, pela contribuição acerca da tradição oral como possibilidade de produção do conhecimento histórico; e Paulo Freire, para refletir sobre educação, currículo e a superação de práticas educativas baseadas na transmissão vertical do conhecimento.

Dessa forma, a metodologia articula experiência profissional, observação do cotidiano escolar, análise das falas dos estudantes e pesquisa bibliográfica, buscando compreender como determinadas imagens sobre a África são construídas e reproduzidas e, ao mesmo tempo, discutir possibilidades de resignificação dessas representações por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da História da África e com uma educação antirracista.

A invenção da África: representações, colonialidade e ensino

A compreensão das representações sobre a África presentes no imaginário dos estudantes exige, inicialmente, uma reflexão acerca do processo histórico de construção da própria ideia de África. Ao longo da expansão europeia, sobretudo entre os séculos XV e XIX, o continente africano foi frequentemente representado por discursos que atribuíam aos seus povos características como inferioridade, ausência de história e irracionalidade, ao

mesmo tempo em que legitimavam a suposta necessidade de uma intervenção civilizatória europeia (Ribeiro, Gebara, 2013).

Essas representações não foram produzidas de maneira neutra ou aleatória, mas resultaram da atuação de diferentes instituições e campos de produção do conhecimento, entre eles a ciência, a religião, a literatura, a cartografia e, posteriormente, a própria escola, contribuindo para a consolidação de uma visão eurocêntrica acerca do continente africano.

Nesse sentido, V. Y. Mudimbe, em *A Invenção da África*, problematiza a forma como grande parte do conhecimento produzido sobre o continente africano esteve historicamente vinculada aos interesses e às estruturas do projeto colonial europeu. Para o autor, a África foi transformada em objeto de conhecimento a partir de categorias elaboradas pelo pensamento ocidental, sendo interpretada por uma perspectiva externa que frequentemente a apresentava como uma realidade homogênea, exótica, atrasada ou primitiva. Tal construção discursiva não apenas contribuiu para legitimar práticas de dominação colonial, como também exerceu influência sobre as maneiras pelas quais a África passou a ser representada, estudada e ensinada em diferentes contextos sociais e educacionais (M'bokolo, 2003).

A partir dessa perspectiva, o colonialismo não pode ser compreendido apenas como um processo de ocupação territorial e exploração econômica. Sua atuação também alcançou o campo da produção do conhecimento, estabelecendo formas de controle sobre aquilo que poderia ser reconhecido como saber legítimo acerca do continente africano. Dessa maneira, relatos produzidos por viajantes, missionários, administradores coloniais e estudiosos europeus adquiriram autoridade e passaram, muitas vezes, a ocupar o lugar de discursos considerados verdadeiros sobre a África, enquanto conhecimentos, narrativas e interpretações produzidos pelos próprios povos africanos foram desvalorizados, silenciados ou invisibilizados.

Esse processo contribuiu para a construção de uma imagem generalizante do continente, como se a África pudesse ser compreendida como uma realidade única e homogênea. Tal perspectiva desconsidera, entretanto, a ampla diversidade histórica, cultural, linguística, política, social e religiosa existente entre as diferentes sociedades africanas.

A permanência dessas representações constitui um aspecto fundamental para compreender por que determinadas imagens estereotipadas sobre a África continuam sendo reproduzidas em diferentes espaços de socialização, inclusive no ambiente escolar. Nesse sentido, problematizar a construção histórica desses discursos torna-se essencial para pensar práticas de ensino capazes de superar interpretações eurocêntricas e ampliar a compreensão dos estudantes acerca da pluralidade das experiências africanas.

Ao dialogar com Mudimbe, Kwame Anthony Appiah (1997) chama atenção para os riscos de compreender a África como uma realidade única e uniforme. O autor critica as visões essencialistas que caracteriza o continente como possuidor de cultura e identidade únicas. Para Appiah, ao refletir o continente africano é importante compreender a existência de diversos contextos, onde há distintas experiências sociais, assim bem como diferentes organizações políticas e culturais. E esta diversidade que existe na África, que deve ser valorizada e representada nas abordagens historiográfica ou educacional.

Dessa forma, para o ambiente educacional brasileiro, a forma como são feitas estas abordagens é fundamental na mudança de perspectivas. Pois ainda é comum que os conteúdos sobre a África sejam associados apenas ao tráfico atlântico de pessoas escravizadas, à pobreza, às guerras ou à fome, reduzindo o continente a um conjunto de imagens negativas. Ainda que esses fenômenos façam parte de sua história contemporânea, eles não representam a complexidade das sociedades africanas nem suas contribuições para a formação da humanidade. Civilizações como Mali, Songhai, Gana, Benim, Kongo, Etiópia e Grande Zimbábue evidenciam a existência de sofisticadas formas de organização política, econômica e cultural muito antes da expansão colonial europeia.

Nesse debate, Jan Vansina (2010) corrobora ao enfatizar que a História da África não depende apenas dos documentos escritos produzidos pela biblioteca colonial. Pois ao valorizar o uso da oralidade como fonte histórica real, o autor confirma que as sociedades africanas construíram maneiras próprias para manter e transmitir seus costumes e tradições ao longo das gerações. Levando a compreensão de que a oralidade forma, portanto, as experiências africanas e questionar a ideia colonial de que povos sem escrita

seriam povos sem história. Ainda hoje há povos sem tradição escrita, mas preservam as suas línguas, suas práticas, história e cultura. A história de um povo é articulada pela memória que é fundamental para busca do passado (Cunha, 2010).

A valorização das fontes orais aumenta o uso de pesquisa histórica e permite reconhecer diferentes formas de produção do conhecimento. Além contribuir para irromper com práticas historiográficas que priorizavam documentos escritos fruto das agências coloniais, invisibilizando outras narrativas e memórias.

No campo da educação, Paulo Freire (1996) traz extraordinários instrumentos para entender como essas representações são reproduzidas na escola. Ao criticar a chamada educação bancária, o autor admite que o ensino baseado apenas na transmissão de conteúdos tende a reproduzir padrões, que induzem a naturalização da realidade, dificultando a formação crítica dos estudantes. Quando o currículo traz em seu currículo a África restrita à escravidão, à fome ou aos conflitos, retroalimentam os estereótipos construídos pelo colonialismo ao longo da história.

Em contrapartida, Freire defende uma educação problematizadora, baseada no diálogo, na reflexão crítica e na valorização dos saberes dos educandos. Essa perspectiva aliada ao ensino de História da África, nos permite promover novas formas de compreender o continente, reconhecendo sua diversidade, suas contribuições civilizatórias e seu protagonismo histórico.

No contexto brasileiro, essas reflexões tornam-se ainda mais relevantes após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica. Esta Lei mostra um importante avanço no enfrentamento do racismo estrutural e na valorização das matrizes africanas presentes na formação da sociedade brasileira. Contudo, sua efetivação perpassa pela formação de professores, reestruturação de materiais e práticas pedagógicas que contribua para uma educação decolonial e antirracista.

Dessa maneira, compreender como a ideia de África foi construída é fundamental para analisar as concepções manifestadas pelos estudantes da Escola Municipal José Leone. As representações observadas em sala de aula não são fruto apenas de percepções individuais, mas refletem discursos

historicamente construídos, difundidos socialmente e frequentemente reproduzidos pelos processos educativos. É justamente a partir desse entendimento que se torna possível investigar de que maneira tais concepções podem ser problematizadas e ressignificadas por meio de um ensino comprometido com a pluralidade das experiências africanas e com a superação das heranças do pensamento colonial.

A ideia de África no imaginário dos educandos do 5º ano da Escola Municipal José Leone

Esses questionamentos quanto a ideia de África que habita o imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone parte de uma experiência vivenciada no cotidiano escolar. Ao longo de minha atuação no magistério público do município de Aratuípe e, há alguns anos, à frente da coordenação pedagógica da Escola Municipal José Leone, zona rural deste município, tenho acompanhado diferentes situações que revelam como as crianças constroem suas percepções sobre o continente africano. Essas experiências nos permitiram entender que, mesmo diante da presença da temática africana no currículo escolar desta escola, ainda permanecem representações marcadas por imagens reduzidas e estereotipadas.

Uma dessas situações aconteceu quando, por um determinado evento ocorrido em determinado momento, foi necessário substituir a professora de uma turma do 5º ano. Durante a aula, foi realizada uma roda de leitura com o livro *África Um Breve Passeio pelas Riquezas e Grandezas Africanas* de Fernando Paixão. Após a leitura, foi promovida uma conversa com as crianças, com o objetivo de compreender o que haviam entendido sobre o texto e quais conhecimentos possuíam sobre o continente africano.

No decorrer da conversa, algumas falas chamaram a atenção e provocaram uma inquietação sobre as concepções de África presentes no imaginário daquelas crianças. Entre as afirmações apresentadas, estavam: “na África tem crianças com fome”, “todos são pretos”, “lá tem elefantes e leões” e “é de onde vieram os escravizados”. Embora essas falas tenham surgido de maneira espontânea, elas revelam uma compreensão sobre a África fortemente marcada por imagens construídas a partir de uma visão limitada do continente.

As afirmações das crianças não devem ser compreendidas apenas como opiniões individuais ou como desconhecimento sobre a África. Elas precisam ser analisadas dentro de um contexto mais amplo de produção e circulação de representações. A associação do continente africano à fome e à pobreza, por exemplo, revela uma imagem que reduz a complexidade de suas sociedades e desconsidera sua diversidade histórica, econômica e cultural. Da mesma forma, a ideia de que na África “todos são pretos” desconsidera a pluralidade étnica, cultural e populacional existente no continente, formado por diferentes povos, línguas, histórias e modos de vida.

A presença dos animais selvagens nas falas das crianças também merece atenção. A associação imediata entre África, elefantes e leões é uma representação frequentemente difundida por imagens, filmes, programas de televisão e outros meios de comunicação. Embora esses animais façam parte de diferentes ecossistemas africanos, reduzi-los a uma das principais características do continente contribui para uma visão que naturaliza e simplifica a África, deixando em segundo plano suas cidades, universidades, tecnologias, produções artísticas, conhecimentos científicos e a diversidade de seus povos.

Outra afirmação que merece ser problematizada é a ideia de que a África é “de onde vieram os escravizados”. Embora a história da escravização e do tráfico atlântico seja fundamental para compreender a formação das sociedades brasileiras, essa representação pode produzir uma compreensão limitada quando apresenta a África apenas como ponto de origem da escravização. Tal perspectiva acaba por invisibilizar as histórias dos povos africanos antes e depois desse processo, bem como suas formas de organização política, social, cultural e econômica.

As falas observadas durante aquela roda de leitura constituíram, portanto, um importante ponto de partida para pensar sobre o papel da escola na construção do conhecimento acerca da África. A situação vivenciada permitiu perceber que as crianças não chegam à sala de aula sem conhecimentos sobre o continente africano. Pelo contrário, elas trazem consigo ideias construídas em diferentes espaços de convivência e socialização. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço fundamental para problematizar essas representações e possibilitar a construção de novos conhecimentos.

É importante considerar que essas concepções não são produzidas exclusivamente pelas crianças. Elas são resultado de um processo social mais amplo, no qual diferentes instituições e meios de comunicação participam da construção das imagens sobre a África. A família, os meios de comunicação, os livros didáticos, as redes sociais e a própria escola podem contribuir, de diferentes maneiras, para a reprodução ou para a desconstrução dessas representações.

Nesse contexto, a experiência vivenciada na Escola Municipal José Leone evidencia a necessidade de pensar sobre como a África vem sendo apresentada às crianças no espaço escolar. A questão não se resume a inserir conteúdos sobre o continente africano, mas envolve discutir de que maneira esses conteúdos são selecionados, abordados e relacionados aos conhecimentos que os estudantes já possuem.

A Lei nº 10.639/2003 representou um importante avanço ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. Entretanto, a presença da temática africana na escola precisa ultrapassar uma abordagem pontual e restrita a datas comemorativas ou a conteúdos relacionados exclusivamente à escravidão. É necessário apresentar a África em sua pluralidade, reconhecendo sua diversidade histórica, cultural, política, econômica e social.

Dessa forma, as falas das crianças do 5º ano da Escola Municipal José Leone podem ser compreendidas como um ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre a educação e sobre o papel do ensino de História na construção das representações acerca da África. Ao mesmo tempo em que revelam a permanência de estereótipos, essas falas também indicam a possibilidade de intervenção pedagógica. Afinal, se as representações são construídas socialmente, elas também podem ser questionadas, desconstruídas e ressignificadas.

A experiência vivenciada na roda de leitura, portanto, não representa uma conclusão sobre o que as crianças sabem ou desconhecem acerca da África. Ela constitui uma oportunidade para compreender quais imagens circulam em seu imaginário e para pensar sobre como a escola pode ampliar essas perspectivas. Mais do que apresentar uma África única, é necessário

possibilitar às crianças o contato com múltiplas Áfricas, com seus diferentes povos, histórias, culturas, conhecimentos e formas de organização social.

Nesse sentido, o desafio colocado para a Escola Municipal José Leone é contribuir para que as crianças possam ultrapassar uma visão da África marcada exclusivamente pela fome, pela pobreza, pelos animais selvagens e pela escravização. Trata-se de construir, no espaço escolar, outras possibilidades de olhar para o continente africano, reconhecendo sua diversidade e sua importância para a história da humanidade e, particularmente, para a formação histórica, cultural e social do Brasil.

Ressignificando a África na escola: possibilidades para um ensino de história antirracista

A análise das concepções de África manifestadas pelos estudantes da Escola Municipal José Leone evidencia que a desconstrução de estereótipos não ocorre de forma imediata, mas constitui um processo contínuo de reflexão, diálogo e reconstrução do conhecimento histórico. Se as representações coloniais foram produzidas ao longo de séculos e difundidas por diferentes instituições sociais, sua superação também depende de ações permanentes desenvolvidas no espaço escolar.

Nesse contexto, a escola ocupa um lugar privilegiado na formação da consciência histórica dos estudantes. Mais do que transmitir informações, cabe à instituição promover experiências educativas que possibilitem questionar narrativas naturalizadas, reconhecer diferentes sujeitos históricos e valorizar a diversidade cultural. O ensino de História da África assume, assim, um papel fundamental na construção de uma educação comprometida com a igualdade racial, a cidadania e o respeito às diferenças.

Paulo Freire (1996) afirma que ensinar não significa transferir conhecimentos, mas criar condições para que os educandos produzam novos saberes a partir da reflexão crítica sobre a realidade. Essa compreensão orienta uma prática pedagógica na qual os estudantes deixam de ser receptores passivos de conteúdos e passam a atuar como sujeitos do processo educativo. Ao problematizar as imagens estereotipadas sobre a África, o professor favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e da

consciência crítica, permitindo que os alunos compreendam a origem dessas representações e seus impactos na sociedade contemporânea.

A valorização da História da África também exige a ampliação das fontes utilizadas em sala de aula. Conforme defende Jan Vansina, a tradição oral constitui uma importante forma de produção e preservação do conhecimento histórico. Incorporar narrativas orais, histórias de vida, memórias comunitárias e manifestações culturais afro-brasileiras ao ensino permite aproximar os estudantes de diferentes formas de construir a história, rompendo com a exclusividade das narrativas escritas produzidas pela tradição eurocêntrica.

Da mesma forma, as contribuições de V. Y. Mudimbe e Kwame Anthony Appiah reforçam a necessidade de superar a ideia de uma África homogênea. Trabalhar com diferentes regiões do continente, suas múltiplas culturas, línguas, religiões, sistemas políticos e produções artísticas contribui para que os estudantes compreendam a diversidade das sociedades africanas e reconheçam seu protagonismo histórico. Essa perspectiva rompe com visões reducionistas que associam a África apenas à escravidão, à pobreza ou aos conflitos.

No contexto da Escola Municipal José Leone, essa resignificação pode ocorrer por meio de práticas pedagógicas que aproximem os conteúdos da realidade dos estudantes. Projetos de leitura, análise de mapas históricos, exibição e discussão de filmes e documentários, estudo de biografias de intelectuais africanos, produção de textos, rodas de conversa, oficinas culturais e pesquisas sobre as contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira constituem estratégias capazes de ampliar o repertório dos alunos e favorecer novas formas de compreender o continente africano.

Outro aspecto relevante consiste em estabelecer relações entre a História da África e a realidade local. Em Aratuípe, município marcado por manifestações culturais de forte presença afro-brasileira, é possível desenvolver atividades que valorizem os saberes das comunidades, a memória dos mais velhos, as tradições religiosas de matriz africana, as festas populares e outras expressões culturais que revelam permanências e resignificações das representações de África. Ao reconhecer essas conexões, os estudantes passam a compreender que a África não representa uma realidade distante, mas integra a própria constituição histórica e cultural do Brasil.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os objetivos da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todas as escolas da Educação Básica. Entretanto, a efetivação da legislação depende não apenas da inclusão de conteúdos nos currículos, mas da formação continuada dos professores, da produção de materiais didáticos comprometidos com a diversidade africana e da elaboração de estratégias metodológicas que promovam o pensamento crítico e a educação antirracista.

Dessa forma, ressignificar a África na escola significa reconhecer o continente como espaço de múltiplas histórias, civilizações e conhecimentos, rompendo com interpretações construídas pela colonialidade do saber. Trata-se de construir um ensino de História que valorize a pluralidade das experiências humanas, reconheça o protagonismo dos povos africanos e contribua para a formação de estudantes capazes de compreender criticamente as relações étnico-raciais presentes na sociedade brasileira.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento dos estereótipos sobre a África constitui um compromisso ético, político e pedagógico. Ao promover práticas educativas fundamentadas nas contribuições de Mudimbe, Appiah, Vansina e Paulo Freire, a escola fortalece uma educação histórica plural e antirracista, formando sujeitos capazes de reconhecer a diversidade do continente africano e de valorizar suas contribuições para a história da humanidade. Assim, o ensino de História deixa de reproduzir narrativas coloniais e passa a constituir um espaço de produção de novos conhecimentos, de valorização da diferença e de construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Conclusão

A presente pesquisa analisou as concepções de África presentes no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone, com o intuito de compreender como essas representações são produzidas e praticadas naturalmente no espaço escolar. A investigação confirmou a questão central de que o imaginário estudantil sobre o continente africano não é fruto de percepções espontâneas ou individuais, mas resulta de um processo

histórico marcado pela colonialidade do saber, pela circulação de discursos eurocêntricos e pela continuação de narrativas que hierarquizam povos, culturas e conhecimentos.

Através das falas dos estudantes evidencia-se a força de estereótipos que associam a África à pobreza, à fome, aos animais selvagens e à escravidão. Essas imagens revelam a persistência de uma visão reduzida e homogênea do continente, construída ao longo de séculos por discursos coloniais que apagaram sua diversidade histórica, política, cultural e civilizatória. Nesse sentido, o estudo confirma que o imaginário escolar não apenas reflete o que circula socialmente, mas também reproduz formas de conhecimento que legitimam a inferiorização da África e de seus povos.

O diálogo com V. Y. Mudimbe, Kwame Anthony Appiah, Jan Vansina e Paulo Freire foi fundamental para compreender esse processo. Mudimbe permitiu identificar como a “ideia de África” foi forjada por uma racionalidade colonial que organizou o continente como objeto de dominação e de saber externo. Appiah contribuiu para evidenciar a pluralidade das experiências africanas e a necessidade de romper com leituras essencialistas. Vansina reafirmou a legitimidade da tradição oral como fonte histórica e como via de acesso às múltiplas memórias africanas. Freire, por sua vez, ofereceu os fundamentos de uma prática pedagógica crítica, dialógica e emancipadora, capaz de transformar o ensino de História em instrumento de conscientização e de enfrentamento das opressões.

Os resultados da pesquisa evidenciam, assim, que a escola ocupa um lugar estratégico no debate entre reprodução e transformação dos saberes. Quando o ensino de História permanece preso a narrativas simplificadoras, ele contribui para a manutenção da colonialidade do conhecimento. Contudo, quando assume uma perspectiva crítica, plural e comprometida com a valorização das sociedades africanas, torna-se capaz de desconstruir estereótipos, expandir repertórios culturais e promover novas formas de ver, pensar e narrar a África. Assim, o ensino de História não deve apenas transmitir conteúdos, mas intervir na formação do imaginário dos estudantes, possibilitando leituras mais complexas e justas sobre o continente africano.

Nesse processo, a efetivação da Lei nº 10.639/2003 se mostra urgente, mas não suficiente por si só. Mais do que inserir conteúdos sobre a História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos, é necessário desenvolver práticas pedagógicas que enfrentem diretamente a colonialidade do saber, valorizem o protagonismo histórico dos povos africanos e reconheçam a centralidade da África na constituição do mundo moderno. Isso exige formação docente sólida, seleção crítica de materiais didáticos, uso de diferentes fontes históricas e construção de metodologias que dialoguem com a realidade dos estudantes e com a diversidade de experiências humanas.

A pesquisa também comprova que o ensino de História possui um papel transformador na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a justiça social. Ao questionar as representações negativas sobre a África, o professor contribui para que os estudantes compreendam que os conhecimentos escolares não são neutros, mas atravessados por disputas de poder, memória e identidade. Desse modo, ensinar História significa também disputar sentidos, questionar hierarquias epistêmicas e abrir caminhos para uma educação antirracista e decolonial.

Por fim, este estudo não almeja findar as discussões sobre as representações da África no espaço escolar, mas expandir o debate e indicar novas possibilidades de investigação. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para o fortalecimento de pesquisas sobre o ensino de História da África, as relações étnico-raciais e a implementação da Lei nº 10.639/2003, estimulando práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade, com o reconhecimento das múltiplas histórias africanas e com a superação das heranças do colonialismo.

Ao afirmar a África como um continente de múltiplas histórias, saberes e experiências, reafirma-se, sobretudo, o papel do ensino de História como prática de liberdade. É por meio dele que se pode enfrentar a colonialidade do saber, transformar o imaginário estudantil e formar estudantes capazes de compreender criticamente o passado, reconhecer a dignidade dos povos africanos e atuar na construção de uma sociedade mais democrática, plural e antirracista.

Referências

- APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003.
- CUNHA, J. **História da África**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FURTADO, C. A. O continente africano e a produção africana do conhecimento. **Revista Latino-Americana de Estudos Avançados**. Vol.1, n.1, p.118-137, jan.jun.2016.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- M' BOKOLO, E. **África Negra História e Civilizações**. Até ao século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.
- MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Luanda: Edições Pedagogo, 2013.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVA, A. R. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estud. afro-asiát.**, vol.25, no.3, p.421-461, 2003.
- OLIVA, A. R. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **Revista História**, São Paulo, vol.28, n.2, 2009.
- PAIXÃO, F. **África: um breve passeio pelas riquezas e grandezas africanas**. 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2012.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RIBEIRO, A. V.; GEBARA, A.L.de A. **Estudos africanos: múltiplas abordagens**. Niterói: Editora da UFF, 2013.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph. (Org.). **História geral da África**: Metodologia e pré-história da África. vol. I, 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p141-166.

Recebido em: 14/02/2026

Aceito em: 04/08/2026

Para citar este texto (ABNT): ESPINOLA, Marina Teixeira; TIMBANE, Alexandre António. A ideia de África no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 1, p.271-291, jan./jun. 2026.

Para citar este texto (APA): Espinola, Marina Teixeira; Timbane, Alexandre António. (jan./jun.2026). A ideia de África no imaginário dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal José Leone. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (1): 271-291.